

Passarinho pede união contra golpe

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) advertiu ontem para a extrema gravidade do quadro social e político do País, pedindo a união de todas as correntes ideológicas para garantir a consolidação da democracia: "Fala-se em retrocesso político para esconder, ao abrigo do eufemismo, a referência funesta a golpe de Estado".

Em discurso que durou mais de duas horas, recheado de apertes de senadores de todos os partidos, Passarinho chamou a atenção da liderança do governo na Constituinte: "Não se pode submeter o presidente da República, pessoalmente, a fazer o contraditório. Quero lembrar que o entrechoque deve ser no parlamento, onde o governo deve ter quem o defende".

Aproveitando a presença inesperada do ministro da Justiça, Paulo Brossard, o senador lembrou: "No governo passado, em campos opostos, quantas vezes ele atacou, da oposição, e eu aqui defendi. Não precisava o presidente Figueiredo dar resposta a nenhuma crítica".

O líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, chegou a comparar o discurso de Passarinho ao que fez recentemente no Senado. "V. exa. apenas ilustra com exemplos que eu não usaria." Ele referia-se à defesa do senador ao general Newton Cruz e ao capitão que ivadiu a prefeitura de Apucarana, no Paraná.

Sem citar nominalmente Newton Cruz, Jarbas Passarinho condenou a "humilhação" a que o general foi submetido, "identificado criminalmente num inquérito conduzido por um delegado exibicionista". Quanto ao capitão, Passarinho observou que o promotor que atuou no caso ainda "tripudiou" sobre o militar.

Passarinho criticou, ainda, a "visão catastrófica", da CNBB em documento divulgado recentemente e citou editorial de *O Estado* sobre a "intranquilidade" que começa a tomar corpo em setores das Forças Armadas, para afirmar que "não há, porém, como comparar a febre que consome a sociedade civil com os episódios restritos ocorridos na área castrense".

Em resposta ao discurso do senador Jarbas Passarinho, os líderes do governo, senador Saldanha Derzi e Carlos Sant'Anna, defenderam o direito de o presidente Sarney reagir diretamente ou através de seus auxiliares às críticas recebidas: "O senador Jarbas Passarinho fez tal colocação porque, no Senado, os líderes dos dois partidos que apóiam o presidente Sarney são os que mais têm feito carga contra o governo".

JORNAL DA TARDE

24 FEV 1988



Jarbas Passarinho



ANC

P. 5

July

Sucessão: os candidatos já cantam vitória.

Se depender do estado de espírito de cada um e de seus colaboradores, três candidatos já estão eleitos presidentes da República no lugar de José Sarney: Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Antônio Ermírio de Moraes. Ontem foi um dia de fanfarrônicas nos quartéis-generais desses candidatos:

— Não tenho dúvida nenhuma: o PMDB vai ganhar as eleições de presidente da República. O processo de vitórias sucessivas do partido não será interrompido — jactou-se Ulysses Guimarães, desprezando as declarações do presidente Sarney de que perderia no segundo turno: "Já disse isso muitas vezes e o PMDB continua ganhando".

Mas o presidente Sarney tem toda razão ao anunciar seu temor diante de uma vitória de Leonel Brizola, segundo o principal porta-voz do brizolismo, o ex-deputado Doutel de Andrade:

— A vitória de Brizola é líquida e certa. Sarney está certo quando diz que Leonel Brizola vai ganhar as eleições este ano. Mas está errado quando marcha no sentido de evitar as respectivas eleições. Brizola vai vencer em 88 ou 89. O senhor José Sarney é um predestinado à derrota.

Só que Brizola, na previsão do tiete Delfim Neto, terá que enfrentar um candidato mais difícil que Ulysses no segundo turno: terá que enfrentar Antônio Ermírio de Moraes, respaldado por todo o centro político do País. Um candidato imbatível.

Delfim não mencionou a candidatura de Aureliano Chaves, por acreditar que da disputa participariam apenas Ulysses, Brizola, Ermírio e Lula. Mas ontem mesmo, a bancada mineira do PFL esteve com o ministro das Minas e Energia e saiu exultante do encontro: "Agora temos certeza, Aureliano é nosso candidato. Deve deixar o governo assim que for promulgada a Constituição".

Decisão dos ministros: militares não serão punidos.

Nenhum dos militares da reserva signatários do documento de solidariedade à Junta Militar que governou o País em 1969 sofrerá qualquer sanção dos ministérios da Aeronáutica e do Exército, aos quais ainda estão vinculados. A garantia foi dada ontem, em Brasília, pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, que qualificou o documento como "carta pessoal", que não contém críticas ao governo ou às instituições e por isso mesmo não se enquadra nas transgressões do regulamento disciplinar.

A ordem é esquecer o episódio — em que o deputado Ulysses Guimarães chamou os membros da Junta de "três patetas", motivando protestos militares. Isso ficou claro, novamente, de acordo com manifestação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao governador do Paraná, Álvaro Dias, recebido ontem em audiência. Segundo Dias, o general deseja ver superado o episódio, e também que haja melhor entendimento entre os diferentes

setores que governam o País, visando principalmente o amadurecimento do processo democrático.

Também o almirante Múcio Piragibe de Bakker, ex-assessor parlamentar do ministro da Marinha que participou da Junta Militar, almirante Augusto Rademaker (já falecido), manifestou-se, no Rio de Janeiro, contrário à exploração do episódio envolvendo Ulysses e a Junta, considerando o caso encerrado com as notas dos ministros militares. "Não tem sentido transformar o episódio Ulysses-Junta em um novo caso Márcio Moreira Alves (que em 1968, com um discurso ofensivo às Forças Armadas, foi pretexto para um "endurecimento" do governo militar, que culminou com o AI-5).

Além disso, para o almirante, "o acervo de serviços prestados pelo deputado Ulysses Guimarães é uma credencial suficiente para ele não ser visto de modo distorcido, e até pelo que ele tem representado como moderador de crises. Julgá-lo como radical é um desserviço à Nação".

Pastoral: mais críticas.

O arcebispo metropolitano de Porto Alegre, d. Claudio Colling, considerou ontem que o nuncio apostólico no Brasil, d. Carlos Furno, deve informar à Santa Sé sobre o conteúdo do documento do Secretariado Regional Nordeste I (Ceará) da CNBB, que, enumerando as conclusões de um seminário que promoveu, admitiu a "guerrilha e a insurreição como alternativas para a conquista do poder pelo movimento popular".

D. Claudio Colling ponderou: "A direção nacional da CNBB não tem competência para agir em casos como esse. O poder dela é muito restrito e limitado". Mesmo entre a chamada ala progressista da Igreja Católica no Rio Grande do Sul foram criticadas as conclusões do seminário. D. Urbano Allgayer, bispo de Passo Fundo, afirmou: "A teoria marxista está superada, não há razões para se introduzir aqui esta teoria bolorenta".

Sucessão: as armações de Quércia, Newton e Moreira.

Os governadores estão se alvorçando: depois do jantar de anteontem entre Orestes Quércia e Newton Cardoso, a dupla almoça hoje com Moreira Franco, no Rio de Janeiro. A desculpa será a da tragédia que se abate sobre o Estado. O motivo: a sucessão presidencial e a emenda Fernando Henrique, que permitiria a reeleição de todos por quatro anos.

Especula-se que Ulysses Guimarães estaria armando um grande acordo em torno de seu nome, e que um de seus agentes seria Quércia. No fim de semana, eles se encontrarão de novo em Brasília. E Ulysses receberá também Newton Cardoso, a quem consultará sobre o convite que pretende fazer ao ex-governador mineiro Hélio Garcia para ser o vice em sua chapa. Com São Paulo e Minas unidos a apoiá-lo, Ulysses sente-se já vitorioso.

Os governadores agitam-se também com o "raid" que o vice-governador paulista Almino Affonso iniciou ontem pelo País, passando por Fortaleza, Recife e Salvador para conversar com Tasso Jereissati, Miguel Arraes e Waldir Pires sobre os destinos do PMDB e do País. Todos concordaram com a necessidade de realizar eleições presidenciais este ano e de se preparar um "plano de emergência" para ser executado ainda pelo governo Sarney, que preserve o País "da enorme e profunda crise que está atravessando".

Atuando em outra frente, o presidente Sarney conseguiu atrair ao Palácio da Alvorada, à noite, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que há bastante tempo estava rompido com o governo. Segundo liderados de Maciel, a conversa foi genérica, sem nenhuma objetividade, como as que já ocorreram com Guilherme Palmeira (PFL-AL) e Jorge Bornhausen (PFL-SC), também dirigentes do partido. A impressão dos pefelistas é que Sarney apenas se empenha em "manter a amizade com velhos companheiros do PDS, que o acompanharam na aventura da Nova República".